

**REQUERIMENTO**      Número      /      (      .<sup>a</sup>)

**PERGUNTA**      Número      /      (      .<sup>a</sup>)

Expeça - se

Publique - se

O Secretário da Mesa

Assunto:

Destinatário:

**Exmo. Senhor Presidente da Assembleia da República**

O PAN teve conhecimento por via de notícias difundidas na comunicação social , as quais dão conta que o Estado não cumpre as premissas patentes na lei (a título de exemplo vide <https://www.dn.pt/lusa/interior/arqueologos-dizem-que-estado-nao-tem-condicoes-para-cumprir-a-lei-na-area-subaquatica-8933666.html> ).

Nas notícias supra mencionadas, o presidente da Associação dos Arqueólogos Portugueses assevera que "*o Estado português não está em condições de assegurar a proteção desse património [aquático e subaquático]*", defendendo que o espólio arqueológico aquático e subaquático "*corre riscos*".

José Morais Arnaud em declarações à entrada para a comissão parlamentar de Cultura, Comunicação, Juventude e Desporto, onde foi ouvido, juntamente com o arqueólogo Luís Raposo, presidente do ICOM Europa, referiu a existência de navios históricos no rio Tejo, na zona do Bugio, próximo de Lisboa, que estão à mercê de caçadores de tesouros, sem que haja meios para fazer "*uma investigação digna*".

Acrescentou que "*há centenas de quilómetros de costa que estão peçados de material arqueológico, inclusive, aqui no [rio] Tejo, há especialistas que nos dizem que há navios completos frente ao Bugio, a meia dúzia de metros de profundidade*".

Tal cenário é potenciado pela escassez de meios operacionais para actuar "*pois os barcos estão completamente parados*", e há falta de meios humanos que permitam mergulhar, desembocando numa conjuntura onde a frota se encontra absolutamente paralisada, sendo que Centro Nacional de Arqueologia Náutica e Subaquática dispõe de apenas três pessoas e o mergulho implica uma equipa e barco de apoio, o que torna a respectiva actuação impassível de concretização.

Enfatiza-se que o lançamento anunciado pelo Ministério da Cultura para Outubro, concernente ao reforço do quadro do pessoal limitou-se (na prática) à reentrada de um arqueólogo que estava a fazer o doutoramento e que voltou ao serviço, sendo o quadro presente de pessoal composto na totalidade por apenas três arqueólogos, um técnico de conservação e restauro e três auxiliares, o que é manifestamente insuficiente para gerir o espólio arqueológico aquático e subaquático à guarda do Centro Nacional de Arqueologia Náutica e Subaquática, composto por cerca de 14.000 peças.

Realça-se que, aquando da criação do CNANS, há cerca de vinte anos, esta entidade comportava cerca de 20 funcionários.

Após o enquadramento supra explicitado, ao abrigo do disposto na alínea e) do artigo 156.º da Constituição da República Portuguesa e da alínea e) do n.º 1 do artigo 4.º do Regimento da Assembleia da República, vem o signatário, por intermédio de Vossa Excelência, nos termos e fundamentos que antecedem, solicitar as seguintes informações ao Ministério da Cultura:

- Tenciona o Ministério reforçar o quadro de pessoal do Centro Nacional de Arqueologia Náutica e Subaquática?
- Que medidas pensa o Ministério tomar relativamente às parcas condições do Centro Nacional de Arqueologia Náutica e Subaquática?

Palácio de São Bento, 22 de dezembro de 2017

Deputado(a)s

ANDRÉ SILVA(PAN)